



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PARECER ÚNICO SUPRAM TMAP

PROTOCOLO Nº 343600/2012

Indexado ao(s) Processo(s)

Licenciamento Ambiental Nº 02315/2001/001/2010	LOC	DEFERIMENTO
Empreendimento: Transportadora Agal Ltda. – Posto Doidão		
CNPJ: 26.038.760/0001-81	Município: Patrocínio/MG	

Unidade de Conservação: -

Bacia Hidrográfica: Rio Paranaíba Sub Bacia: Rio Dourados

Atividades objeto do licenciamento:

Código DN 74/04	Descrição	Classe
F-06-01-7	Posto Revendedor de Combustíveis	3

Medidas mitigadoras: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Medidas compensatórias: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados Barrios Brutos Ferreira	Registro de classe CREA/MG 71056/D
--	---------------------------------------

Relatório de vistoria: 026/2012	DATA: 17/04/12
---------------------------------	----------------

Data: 02/05/2012

Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Anderson Mendonça Sena	1.147.840-1	
Camila Aguiar Campolina	1.253.695-9	
Dayane Aparecida Pereira de Paula	1.217.642-6	
Kamila Borges Alves (ciente)	1.151.726-5	
José Roberto Venturi (ciente)	1.198.078-6	

SUPRAM TMAP	Av. Nicomedes Alves dos Santos, 136– Uberlândia – MG CEP 38400-170 – Tel: (34) 3237-3765 / 2983	DATA: 02/05/12 Página: 1/15
-------------	--	--------------------------------



1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer Único refere-se à análise do processo de Licença de Operação Corretiva do empreendimento **Transportadora Agal Ltda. – Posto Doidão**, localizado na Rodovia BR 365, Km 479, Zona Rural, no município de Patrocínio, o qual iniciou suas atividades em 1993.

A classificação do empreendimento, segundo a DN 74/04, é CLASSE 3 devido a sua capacidade de armazenamento de combustíveis equivalente a 120m³.

A equipe técnica da SUPRAM-TMAP vistoriou o empreendimento em 17/04/12, visando subsidiar a análise do processo, conforme relatório de vistoria Nº 026/2012.

O processo em questão foi formalizado dia 18/03/2010 junto a SUPRAM TMAP conforme recibo de entrega de documentos (*documento dos autos fl. 012, nº 178224/2010*), ou seja, foi apresentada toda a documentação listada no Formulário de Orientação Básica, dentre as quais se destacam a presença de Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental

As informações aqui relatadas foram extraídas dos estudos apresentados e por constatações em vistoria realizada pela equipe técnica.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento **Transportadora Agal Ltda. – Posto Doidão** dedica-se principalmente a atividade de revenda de combustíveis líquidos automotivos derivados de petróleo (gasolina e diesel), e álcool carburante (etanol), sendo também realizada a atividades de troca de óleo. O posto possui ainda lanchonete, restaurante, oficina, borracharia e um escritório.

De acordo com a norma técnica NBR 13.786/2005, que define a seleção dos equipamentos e sistemas a ser utilizado para o sistema de armazenamento subterrâneo, o



empreendimento foi classificado ambientalmente como sendo CLASSE 02. Esta classificação é decorrente da existência de poço tubular com finalidade de consumo humano dentro de um raio de 100 metros a partir do seu perímetro.

O projeto arquitetônico do empreendimento compõe-se basicamente das áreas de abastecimento, restaurante, escritório, oficina, borracharia e estacionamento.

O Sistema de Armazenagem Subterrânea de Combustíveis – SASC é composto por 04 (quatro) tanques de 30m³, sendo 03 bipartidos e 01 pleno, totalizando uma capacidade nominal de armazenamento de combustível de 120m³.

Os tanques são do tipo parede dupla, foram instalados em agosto de 2011 e possuem equipamentos de monitoramento intersticial de vazamentos.

O empreendimento possui câmara de acesso à boca de visita nos tanques e descarga do tipo selada com respectivas câmaras de contenção estanque e impermeável (sump). Possui válvulas antitransbordamento no tubo de descarga e as linhas de respiro do tanque possuem válvulas de contenção de vapores (*Steen-Keep*) nas suas extremidades.

As bombas de abastecimento possuem câmaras de contenção (sump) em sua parte inferior e são dotadas de válvula de retenção (*check valve*) em suas linhas de sucção. As linhas de sucção são do tipo PEAD (polietileno de alta densidade). O empreendimento dispõe ainda de unidades de filtragem de óleo diesel, as quais possuem sump em sua parte inferior circundando as tubulações e conexões.

A pista de abastecimento é impermeabilizada com concreto com canaletas em suas bordas que direcionam o efluente gerado para tratamento. Há uma cobertura metálica que se estende por toda área da pista de abastecimento.

2.1.1. RESERVA LEGAL

O imóvel possui área total de 2,25,00 hectares, conforme matrícula nº 19.322 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio. A Reserva Legal do mesmo encontra-se devidamente averbada e compensada na matrícula 36.181, em propriedade no mesmo município com área total de 0,45 hectares, não inferior aos 20% exigidos por lei.



A Reserva Legal encontra-se em continuidade com Área de Preservação Permanente e é constituída por vegetação nativa em boas condições de regeneração, dispensando a execução de PTRF.

2.1.2. AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

No empreendimento em epígrafe não haverá exploração florestal.

2.1.3 - INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O imóvel onde se situa o empreendimento não possui área de preservação permanente, inexistindo motivos para se exigir autorização dessa natureza.

2.1.4. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A água utilizada no empreendimento é proveniente de um poço tubular devidamente outorgado junto ao IGAM, conforme processo 03185/2010.

2.2. IMPACTOS IDENTIFICADOS

Os potenciais impactos ambientais identificados no processo relacionam-se à contaminação do solo, dos corpos d'água superficiais e subterrâneos e das emissões atmosféricas com compostos derivados do petróleo, constituindo-se em riscos à saúde das comunidades expostas, além do perigo de acidentes ocasionados por incêndios ou explosões.

Neste empreendimento os impactos podem ter origem nos casos a seguir: vazamentos ocorridos se houver ineficiência da operação de descarga de combustível do caminhão para o tanque de armazenamento; a ineficiência operacional das bombas de combustíveis no momento do abastecimento de veículos; os vazamentos nas tubulações e/ou junções de ligação tanques/bombas; a ineficiência operacional do sistema de separação de água e óleo – SAO; a disposição inadequada de resíduos sólidos; a



disposição inadequada do óleo e da borra coletados no sistema SAO; a emissão de gases na atmosfera; a inexistência do sistema de câmaras de contenção (sump) nos tanques e bombas; inexistência das descargas seladas e danos acidentais que violem a estrutura do tanque de armazenagem de combustíveis.

Os efluentes líquidos gerados pelo empreendimento são provenientes das áreas de abastecimento, troca de óleo, e demais áreas sujeitas a vazamentos de derivados de petróleo ou resíduos oleosos, além do esgoto sanitário.

São efluentes caracterizados pela presença de hidrocarbonetos derivados do petróleo, quando lançados no corpo receptor sem tratamento prévio, são responsáveis pela contaminação deste com benzeno, tolueno, xileno e etilbenzeno. Tais elementos são considerados cancerígenos e/ou tóxicos, capazes de causar diminuição da concentração de oxigênio dissolvido, podendo resultar na mortandade da biota aquática e/ou terrestre.

Os impactos associados aos resíduos sólidos gerados no empreendimento bem como nas atividades paralelas são decorrentes do lixo de natureza doméstica (gerados no escritório, sanitários, etc.) e do lixo de natureza industrial, ou seja, embalagens de insumos e produtos contaminados, areia e lodo, oriundos dos sistemas de separação de água e óleo.

Os impactos associados às emissões atmosféricas são decorrentes dos gases provenientes dos respiros dos tanques e das bocas de descarga, exalados em sua maioria, durante as operações de descarga de combustíveis.

2.3. MEDIDAS MITIGADORAS

2.4.1. Vazamentos, derramamento e transbordamento de combustíveis:

Visando a prevenção de derramamentos as bocas de visita dos tanques possuem câmaras de contenção estanque e impermeável (sump); válvulas de retenção de vapores nas extremidades da linha de respiro dos tanques e válvulas antitransbordamento no tubo de descarga. A descarga de combustível é do tipo selada e também possui sump.

O piso das áreas de abastecimento é em concreto e possui canaletas nas bordas que direcionam o efluente gerado para uma caixa separadora de água e óleo grande. Em



seguida segue para uma segunda caixa separadora menor e ainda vai para o sistema de fossa séptica.

A atividade de troca de óleo ocorre na própria pista, assim como a lavagem de veículos (em área isolada por paredes). Os pisos destas áreas são em concreto, com cimento para o sistema de drenagem o qual conduz o efluente, porventura gerado, para o sistema SAO. O óleo retirado dos motores segue canalizado até um tanque subterrâneo com capacidade para 5.000 litros. Esse óleo é recolhido por empresa do ramo, licenciada ambientalmente, conforme notas fiscais apresentadas.

Quanto às bombas, o sistema de controle de efluentes é composto por câmara de contenção estanque e impermeável (sump). Também possui válvula de retenção (check valve) nas linhas de sucção. Esta válvula mantém as linhas constantemente com produto em seu interior e, em caso de perda da estanqueidade da linha, permitem o retorno do produto até o tanque de armazenamento. Os filtros de diesel também possuem câmara de contenção estanque e impermeável (sump).

2.4.2. Disposição dos efluentes sanitários

Os efluentes sanitários gerados no posto são direcionados para fossa séptica, seguida de filtro anaeróbio e valas de infiltração, atendendo o disposto na NBR 7.229. Foram apresentadas análises comprovando a eficiência do sistema.

2.4.3. Disposição de resíduos sólidos:

O óleo lubrificante usado oriundo da troca de óleo e da caixa separadora de água e óleo – SAO é armazenado temporariamente em local adequado e posteriormente é recolhido por empresa do setor devidamente licenciada. Foram anexadas ao processo as notas fiscais de faturas referentes às coletas desse resíduo.

Os resíduos sólidos depositados na caixa SAO como areia e lodo contaminados por óleo e/ou graxa e os demais resíduos contaminados do posto (estopas, embalagens de óleo lubrificante vazias, filtros de óleo, etc), são armazenados temporariamente em bombonas e são recolhidos esporadicamente por empresa licenciada para este fim.



Os resíduos de origem doméstica e escritório são armazenados em baia e recolhidos pelo serviço de coleta pública da cidade. Os resíduos orgânicos do restaurante são armazenados em tambores e doados para serem utilizados na alimentação de suínos.

Deverá ser informado a SUPRAM TMAP o destino de tais resíduos através do Programa de Automonitoramento, detalhado no Anexo II.

2.4.4. Emissão de gases na atmosfera:

A emissão de gases na atmosfera é devidamente controlada pelas válvulas de contenção de vapores instaladas nos respiros dos tanques de armazenamento e na instalação do sistema de descarga selada.

O sistema de descarga selada impede que os gases gerados no momento da descarga de combustível do caminhão para o tanque de armazenamento escapem para a atmosfera.

Quanto às válvulas de retenção de gases, estas deverão ser revisadas anualmente, com o objetivo de manter suas características de desempenho asseguradas pelo fabricante.

2.4.5. Outras medidas de controle:

As medidas de controle descritas nos itens anteriores são, em sua maioria, referentes à rotina operacional do funcionamento do empreendimento.

Com relação aos riscos de acidentes decorrentes de falha humana/operacional (incêndio, explosões e derramamentos), deverão ser controlados através da capacitação técnica e treinamento dos funcionários envolvidos.

O Plano de Manutenção de equipamentos e os procedimentos operacionais contemplados no PCA foram julgados satisfatórios e deverá ser efetivamente aplicado de forma a assegurar o bom funcionamento do posto e a prestação de serviço de qualidade.

Foi apresentado o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros do estado de Minas Gerais, Processo nº. 025/2006 com validade até 23/03/2014, certificando que a edificação industrial obteve liberação em vistoria final realizada, por estar em conformidade com as



prescrições normativas e legislação em vigor, que dispõem sobre o Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Decreto Estadual nº44.746/08.

Em 29/08/2011 foram realizados testes de estanqueidade no Sistema de Armazenagem Subterrânea de Combustíveis – SASC. Os testes foram realizados por empresa homologada pelo INMETRO e os laudos concluíram ausência de vazamentos nos equipamentos.

Segundo a DN 108/2007, o ensaio de estanqueidade nos tanques de parede dupla, conforme NBR 13.785 e que possuam monitoramento eletrônico intersticial contínuo, deverá ser realizado a cada 60 meses, até que os mesmos sejam substituídos. Qualquer alteração promovida no SASC deverá ser secundada por um ensaio de estanqueidade e comunicada ao órgão ambiental competente.

Foi apresentado Relatório de Diagnóstico Ambiental realizado em novembro de 2010 pela empresa Tropeira Soluções Ambientais. De acordo com o responsável técnico pela Investigação Ambiental, com base nos resultados de análises, não foi observada presença de compostos orgânicos voláteis (COV) acima dos parâmetros estabelecidos pela CETESB, que são os adotados pela FEAM. Na ocasião da troca dos tanques (agosto/2011) foi realizada análise para constatação da presença de COV no solo do fundo da cava e a referida análise também não apresentou valores acima dos Valores de Intervenção.

Foram apresentadas notas fiscais comprovando a destinação correta dos tanques e da borra removida dos mesmos na ocasião da troca desses.

3. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº. 74/2004.

O local de instalação do empreendimento e o tipo de atividade que será desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos municipais, de acordo com declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG, presente nos autos.



4. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo deferimento da concessão da Licença de Operação Corretiva para o empreendimento **Transportadora Agal Ltda. – Posto Doidão**, com validade de **6 (seis) anos**, aliadas às condicionantes listadas no Anexo I, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.

Ressalta-se ainda que as revalidações das licenças ambientais deverão ser efetuadas 90 (noventa) dias antes de seu vencimento.

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.

Data: 02/05/2012

Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Anderson Mendonça Sena	1.225.711-9	
Camila Aguiar Campolina	1.253.695-9	
Dayane Aparecida P. Paula	1.217.642-6	
Kamila Borges Alves (ciente)	1.151.726-5	
José Roberto Venturi (ciente)	1.198.078-6	



ANEXO I

Processo COPAM Nº: 02315/2001/001/2010	Classe/Porte:3/M
Empreendimento: Transportadora Agal Ltda. – Posto Doidão	
Atividade: Posto Revendedor de Combustíveis	
Endereço: Rod. BR 365, km 479	
Localização: Zona Rural	
Município: Patrocínio - MG	
Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA	VALIDADE: 06 anos

ITEM	DESCRÍÇÃO	PRAZO
1	<p>Promover regularmente testes de estanqueidade dos tanques e das linhas de sucção das bombas a ser elaborado pelo INMETRO ou por empresa credenciada.</p> <p><i>Obs: Segundo a DN 108/2007, o ensaio de estanqueidade nos tanques de parede dupla conforme NBR 13.785 e que possuam monitoramento eletrônico intersticial contínuo deverá ser realizado a cada 60 meses.</i></p>	Durante a vigência da licença
2	<p>Apresentar os certificados emitidos pelas empresas responsáveis pelo recolhimento do óleo retirado da caixa separadora de água e óleo, bem como dos resíduos sólidos contaminados (embalagens, estopas, borra e areia da caixa SAO) considerados pela ABNT NBR 10.004 como “Resíduos Classe-1” (perigosos).</p> <p><i>OBS: As empresas responsáveis pelo recolhimento deverão estar devidamente licenciadas para tal fim.</i></p>	Semestralmente
3	<p>Apresentar Certificado de Conformidade expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO caso houver troca e/ou modificação no tanque de armazenamento subterrâneo de combustíveis, válvula anti-transbordamento, tubulação não metálica, bem como das empresas instaladoras dos sistemas de armazenamento subterrâneo de combustíveis.</p>	Durante a vigência da licença

SUPRAM TMAP	Av. Nicomedes Alves dos Santos, 136– Uberlândia – MG CEP 38400-170 – Tel: (34) 3237-3765 / 2983	DATA: 02/05/12 Página: 10/15
-------------	--	---------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

	Implantar Programa de Treinamento de Segurança e Meio Ambiente conforme determinação da DN 108/2007.	
4	<p><i>Obs: Conforme DN 108/2007, o treinamento do funcionário deverá ocorrer com periodicidade não superior a 2 (dois) anos e os novos funcionários só poderão entrar em atividade após serem treinados. O treinamento deverá ser ministrado por empresa ou profissional credenciado junto ao CREA/MG para esta atividade.</i></p>	90 dias
5	Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM TMAP no Anexo II.	Durante a vigência da licença
6	Relatar a essa SUPRAM TM-AP todos os fatos ocorridos no empreendimento que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação.	Durante a vigência da licença

* Prazo contado a partir do recebimento do Certificado de Licença.

OBS: Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo único deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



ANEXO II

Processo COPAM Nº: 02315/2001/001/2010	Classe/Porte:3/M
Empreendimento: Transportadora Agal Ltda. – Posto Doidão	
Atividade: Posto Revendedor de Combustíveis	
Endereço: Rod. BR 365, km 479	
Localização: Zona Rural	
Município: Patrocínio - MG	
Referência: AUTOMONITORAMENTO	

1. EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de amostragem	Parâmetros	Freqüência
Entrada e saída dos sistemas de caixas separadoras água e óleo.	pH, sólidos sedimentáveis, DBO, DQO, sólidos em suspensão, fenóis, óleos e graxas.	mensal
Entrada e saída da fossa Séptica.	pH, temperatura, sólidos sedimentáveis, vazão média, DBO, DQO, sólidos em suspensão, óleo e graxas, sulfeto.	semestral

Relatórios: Enviar semestralmente a SUPRAM TM-AP, até o dia 20 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises alem da produção industrial e o número de empregados no período.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* APHA – AWWA, última edição.

2. RESÍDUOS SÓLIDOS

Deverão ser enviadas semestralmente à SUPRAM-TM/AP, até o dia 20 do mês subsequente, o resumo das informações mensais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos e oleosos (embalagens de insumos e produtos químicos, lodo e areia da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

caixa SAO, embalagens plásticas contaminadas, óleo usado, filtros de óleo/ar usados), contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, com identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas informações:

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DISPOSIÇÃO FINAL			O B S.
Denominação	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa		
							Razão social	Endereço completo	

(*)1– Reutilização 6 – Co-processamento

2 – Reciclagem

7 – Aplicação no solo

3 – Aterro sanitário

8 – Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

4 – Aterro industrial

9 – Outras (especificar)

5 – Incineração

Os resíduos devem ser destinados somente para empreendimentos ambientalmente regularizados junto à administração pública.

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPRAM-TMAP, para verificação da necessidade de licenciamento específico;

Fica proibida a destinação dos resíduos sólidos e oleosos, considerados como Resíduos Classe-1 segundo a NBR 10.004/87, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela Resolução CONAMA 362/2005 em relação ao óleo lubrificante.

O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados nas Classes I e II-A segundo a NBR 10.004/87, em especial a Deliberação Normativa COPAM nº 07/81, Resolução CONAMA nº 307/2002 e NBR 13896/97.



As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. MANUTENÇÃO DA CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO E CAMARAS DE CONTENÇÃO

Proceder semanalmente limpeza da caixa separadora de água e óleo e de todas as câmaras de contenção estanque e impermeável (sump) do empreendimento, principalmente aqueles que estão mais susceptíveis à entrada de água e vazamento de combustíveis.

4. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (VER COM A BEATRIZ)

Apresentar relatório conclusivo do monitoramento dos poços instalados no empreendimento, atendendo ao padrão de potabilidade estabelecido pelo Ministério da Saúde na Portaria 518 de 25 de março de 2004, onde é considerada potável somente a água que apresente concentração máxima de 5 ug/L de benzeno, 0,2 mg/L de etilbenzeno, 0,17 mg/L de tolueno, 0,3 mg/L de xilenos e 0,7 ug/L de benzo(a)pireno.

Local de amostragem	Parâmetros		Freqüência
Poços instalados no empreendimento	benzeno	ug/L	Anual
	etilbenzeno	mg/L	
	tolueno	mg/L	
	xilenos	mg/L	
	Benzo(a)pireno	ug/L	

Relatórios: Enviar anualmente à SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro



profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises alem da produção industrial e o número de empregados no período.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater APHA – AWWA*, última edição.

Importante:

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica do SUPRAM-TMAP, face ao desempenho apresentado pelos sistemas de tratamento de efluentes e/ou proteção contra vazamentos, derramamentos ou transbordamento de combustíveis;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Qualquer mudança promovida no empreendimento, que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

OBS: Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo único deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.